AUDIMEC
AUDITORES INDEPENDENTES

AUDIMEC
AUDITORES INDEPENDENTES

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL EFETUADA PELO AUDITOR DA ENTIDADE (NBC TR 2410) ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS – EM 31 DE MARÇO DE 2024 LEVANTADAS CONFORME PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 21

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15° ANDAR | RECIFE - PE
CEP 50.050-290 | (81) 3338.3525 | www.audimec.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE REVISÃO ESPECIAL
(NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB
CNPJ (MF) 90.976.853/0001-56
Av. Ernesto Neugebauer, 195 – Humaitá, Porto Alegre – Rio Grande do Sul

Prezados(as) Senhores(as),

1. Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias da **EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB,** contidas nas Demonstrações Contábeis referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado do exercício e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da **TRENSURB**, é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional) *IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas demonstrações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Intermediárias ou Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

2. Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente)*. Uma revisão de demonstrações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15° ANDAR | RECIFE - PE
CEP 50.050-290 | (81) 3338.3525 | www.audimec.com.br

3. Conclusão Sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias levantadas em 31 de março de 2024 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária) e com a norma internacional *IAS 34* aplicáveis à elaboração de Informações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

4. Outros assuntos

4.1. Eventos Climáticos

Considerando a NBC TA 560 – Eventos Subsequentes, somos requeridos a executar procedimentos de auditoria para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que todos os eventos ocorridos entre a data das demonstrações contábeis e a data do relatório do auditor independente, que precisam ser ajustados ou divulgados nas demonstrações contábeis, foram identificados.

Neste sentido, é de amplo conhecimento os eventos ocorridos em maio e junho de 2024, onde houve um evento climático extremo no Rio Grande do Sul, particularmente em Porto Alegre, no que resultou em danos substanciais e significativos à infraestrutura da TRENSURB, por exemplo, a perda de duas subestações de energia durante a enchente, e uma terceira danificada por um incêndio na mesma época, eventos amplamente divulgados na mídia. Outrossim houve redução significativa da prestação de serviço de transporte desde então.

A administração da TRENSURB vem trabalhando incansavelmente e mensurando os impactos patrimoniais, financeiros e sociais, de modo que haja o devido reflexo nas demonstrações contábeis deste período (2024). Nossa opinião não está alterada em relação a esse assunto, a auditoria vem acompanhando toda mensuração e avaliando os principais riscos e impactos nas demonstrações contábeis de 2024, especialmente relacionados à catástrofe ocorrida no Estado e sua influência sobre os ativos, passivos e continuidade operacional da TRENSURB.

4.2. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da **TRENSURB,** essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15° ANDAR | RECIFE - PE
CEP 50.050-290 | (81) 3338.3525 | www.audimec.com.br

4.3. Demonstrações contábeis intermediárias comparativas

Os valores correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, apresentados para fins de comparação, foram revisados por nossos auditores independentes que emitiram relatório sem modificações.

Recife/PE, 25 de outubro de 2024.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9
Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8
CNAI 4850

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15° ANDAR | RECIFE - PE
CEP 50.050-290 | (81) 3338.3525 | www.audimec.com.br

TRENSURB — MINISTÉRIO DAS CIDADES — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em Reais)

ATIVO

	NOTA	31/03/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	140.642.374	131.421.171
Créditos a receber	5	2.675.399	2.697.539
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto	6	11.786.202	7.917.789
Adiantamento de férias e débitos de empregados	7	3.153.173	2.846.821
Adiantamento de fornecedores		-	
Direitos a receber	8	166.968	157.979
Impostos a recuperar	9	1.635.749	1.609.751
Estoques	10	20.331.568	19.947.574
Despesas do exercício seguinte	11	145.633	248.476
		180.537.066	**166.847.099**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Aplicação em títulos e valores mobiliários		-	-
Depósitos judiciais e Garantias a Juízo	12	53.732.976	51.918.408
Débitos de empregados	7	65.312	67.815
Penhora s/ receita própria	13	-	-
		53.798.288	**51.986.222**
Investimentos em participações societárias		-	-
Imobilizado	14	1.144.114.975	1.156.211.511
Intangível	15	1.798.725	1.865.501
		1.145.913.700	**1.158.077.011**
		1.199.711.987	**1.210.063.233**
TOTAL DO ATIVO		**1.380.249.053**	**1.376.910.333**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	NOTA	31/03/2024	31/12/2023
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	16	14.265.478	9.604.926
Impostos e taxas a recolher	17	3.225.827	4.829.016
Contribuições sociais a recolher		4.323.114	3.715.478
Obrigações trabalhistas	18	26.300.524	22.483.118
Adiantamento de Clientes	19	2.524.773	2.826.557
Credores por convênios	20	1.179.843	780.656
Credores por depósitos		65.855	67.339
Plano de Previdencia - Equacionamento	25c	537.749	760.142
		52.423.164	**45.067.233**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingências trabalhistas	21a	109.505.205	103.480.268
Provisão para contingências cíveis	21b	7.282.743	7.077.897
Provisão IR/CS diferido	14b	14.059.771	14.342.981
Plano de Previdencia - Equacionamento	25c	3.417.633	3.303.831
		134.265.352	**128.204.977**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**22**		
Capital social	22a	2.059.666.941	2.059.666.941
Adiantamentos para aumento de capital	23a	24.059.724	24.059.724
Ajuste avaliação patrimonial	14c	26.181.640	26.731.400
Prejuízos acumulados		(916.347.768)	(906.819.944)
		1.193.560.537	**1.203.638.123**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.380.249.053**	**1.376.910.333**

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO DO EXERCICIO

EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	31/03/2024	31/03/2023
RECEITA BRUTA			
Serviço de Transporte Metroviário		29.009.243	29.840.076
Aluguéis, arrendamentos e concessões		957.764	755.151
Consultoria Atividade Tec. Engenharia		-	-
		29.967.006	**30.595.227**
Tributos sobre a receita bruta e devolução vendas		**(90.649)**	**(69.852)**
RECEITA LÍQUIDA	21	**29.876.357**	**30.525.376**
Custo dos serviços prestados	**22**	(69.888.750)	(65.339.364)
PREJUIZO BRUTO		**(40.012.393)**	**(34.813.988)**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(19.914.074)	(19.333.327)
Outras receitas e despesas		(8.425.422)	(14.912.307)
Condenações Trabalhistas		(444.758)	(1.407.147)
Provisão/reversão ações trabalhistas	18a	(7.841.412)	(1.841.885)
Provisão/reversão ações cíveis	18b	(238.456)	(11.838.737)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		99.204	175.462
		(28.339.496)	**(34.245.634)**
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(68.351.889)**	**(69.059.622)**
RESULTADO FINANCEIRO, LIQUIDO		**4.242.484**	**4.740.524**
Receitas financeiras		4.319.255	4.756.482
Despesas financeiras		(76.770)	(15.958)
SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL	20b	**54.647.896**	**60.127.333**
RESULTADO OPERACIONAL		**(9.461.508)**	**(4.191.765)**
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(9.461.508)**	**(4.191.765)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO	24	**(899.287)**	**(1.468.860)**
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(10.360.795)**	**(5.660.626)**
Lucro por ação do capital social		**-0,0011**	**-0,0006**

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em Reais)

	31/03/2024	31/03/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(10.360.795)**	**(5.660.626)**
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(10.360.795)**	**(5.660.626)**

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**2.059.666.942**	**23.459.815**	**29.308.056**	**(865.310.312)**	**1.247.124.502**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	599.909	-	-	**599.909**
Aumento de Capital					
Por incorporação de créditos	-	-	-	-	
Total dos resultados abrangentes	-	-	(549.761)	(4.827.655)	(5.377.416)
Resultado do exercício	-	-	-	(5.660.626)	(5.660.626)
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	(549.761)	832.971	283.210
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	(832.971)	832.971	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-	-	283.210	-	283.210
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2023	**2.059.666.942**	**24.059.724**	**28.758.295**	**(870.137.967)**	**1.242.346.993**
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**2.059.666.942**	**24.059.724**	**26.731.401**	**(906.819.943)**	**1.203.638.123**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-
Recursos recebidos			-	-	-
Aumento de Capital	-		-	-	-
Por incorporação de créditos	-		-	-	-
Total dos resultados abrangentes	-		(549.761)	(9.527.824)	(10.077.585)
Resultado do exercício				(10.360.795)	(10.360.795)
	-		-		-
Ajuste avaliação patrimonial	-		(549.761)	832.971	283.210
Realização da reserva do custo atribuído	-		(832.971)	832.971	-
Realização IRPJ/CSLL da reserva do custo atribuído	-		283.210	-	283.210
SALDO EM 31 DE MARÇO DE 2023	**2.059.666.941**	**24.059.724**	**26.181.640**	**(916.347.766)**	**1.193.560.537**

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	31/03/2024	31/03/2023
Receita de prestação de serviços		29.009.243	29.840.076
Receita de aluguéis, arrendamentos e concessões		957.764	755.151
Outras receitas e despesas (líquidas)		99.204	175.462
Provisões trabalhistas e cíveis		(8.079.868)	(13.680.622)
		21.986.343	**17.090.067**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais consumidos		(1.544.643)	(2.331.108)
Energia, serviços de terceiros, outras despesas operacionais		(26.493.251)	(22.746.517)
		(28.050.334)	**(25.077.625)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**(6.063.991)**	**(7.987.558)**
Depreciação e amortização		(12.211.843)	(12.635.212)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		**(18.275.834)**	**(20.622.770)**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas de Subvenções		54.647.896	60.127.333
Receitas financeiras		4.319.255	4.756.482
		58.967.151	**64.883.815**
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**40.691.317**	**44.261.045**
DISTRIBUIÇAO DO VALOR ADICIONADO		**40.691.317**	**44.261.045**
Pessoal e encargos			
Remuneração direta		35.887.947	35.016.688
Benefícios		6.957.884	5.994.583
FGTS		2.825.883	2.565.939
		45.671.714	**43.577.209**
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		4.800.812	5.808.352
Estaduais		7.660	6.940
Municipais		35.814	55.852
		4.844.286	**5.871.144**
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros		76.770	15.958
Aluguéis		459.342	457.360
		536.113	**473.318**
Juros sobre adiantamento de capital		**-**	**-**
Lucro líquido do exercício retido		**(10.360.795)**	**(5.660.626)**

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em Reais)

	NOTA	31/03/2024	31/03/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(10.360.795)**	**(5.660.626)**
AJUSTADO POR:			
Depreciação e Amortização		12.211.843	12.635.212
Baixa de bens do ativo imobilizado		1.128	467
Juros atualização financeira sobre adiantamento capital	**20a**	-	-
Constituições/Reversão Provisões Trabalhistas e Cíveis	**18**	8.079.868	13.680.622
		9.932.044	**20.655.675**
(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS			
Créditos pela venda de serviços		22.140	(666.443)
Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagamento		(3.868.413)	(5.706.429)
Estoques		(383.994)	(12.270)
Tributos e Contribuições a Recuperar		(25.999)	856
Depósitos, Penhoras e Garantias Judiciais		(1.814.568)	138.394
Demais contas de Ativo		(209.995)	(729.766)
		(6.280.829)	**(6.975.658)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVOS			
Fornecedores		4.660.552	5.986.778
Impostos e taxas a recolher		(1.585.228)	18.160
Contribuições sociais a recolher		589.674	(267.723)
Obrigações trabalhistas, férias e encargos		3.817.406	1.838.844
Credores por convênios e depósitos		(314.443)	610.097
Plano de previdência e pensão a empregados - Equacionamento		301.772	267.080
Contingências trabalhistas e cíveis pagas	**20**	(1.850.085)	(3.845.757)
		5.619.649	**5.441.147**
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais		**9.270.864**	**19.121.163**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(49.660)	(105.281)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos		**(49.660)**	**(105.281)**
Recursos recebidos para aumento de capital	**23a**	-	599.909
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento		**-**	**599.909**
REDUÇÃO/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**4**	**9.221.203**	**19.615.790**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		131.421.171	126.442.520
Caixa e equivalentes de caixa ao fim do exercício		140.642.374	146.058.311

(As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.)

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - TRENSURB

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado de outra forma.)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB ("Companhia") é uma empresa pública, de capital fechado, com sede em Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo como acionista controlador a União Federal, estando vinculada ao Ministério das Cidades, tendo por objeto:

a) planejamento, implantação e prestação de serviço de trens urbanos na região metropolitana de Porto Alegre;

b) planejamento,desenvolvimento, operação e implementação de atividades conexas ou complementares às descritas na alínea anterior.

Em consonância com os princípios estabelecidos pela Constituição Brasileira e seu estatuto social, a TRENSURB tem como objetivo primordial a mobilidade urbana na região metropolitana em que atua. Nesse contexto, é crucial destacar que, diferentemente das sociedades privadas que operam no mesmo mercado e que detém flexibilidade para exercício de outras atividades, a TRENSURB não desempenha obrigações ou responsabilidades diversas daquelas constantes de sua lei de criação e Estatuto Social.

Essa distinção se reflete na autonomia da Empresa em definir suas políticas e estratégias, garantindo uma atuação alinhada com as demandas específicas da comunidade local e com os interesses de mobilidade urbana da região. A ausência de obrigações permite à TRENSURB autonomia na tomada de decisões, possibilitando respostas ágeis e adaptáveis às necessidades em constante evolução do ambiente urbano.

É importante ressaltar que a TRENSURB tem realizado investimentos buscando a manutenção de sua infraestrutura, bem como a melhoria dos serviços oferecidos à população. Os investimentos, ainda que em baixo volume, são fundamentais para garantir a eficiência e a qualidade do sistema metroferroviário, contribuindo para uma mobilidade mais sustentável, segura e acessível para os cidadãos da região.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que a assunção de custos operacionais por parte da Empresa Pública ocorre em condições distintas daquelas enfrentadas por sociedades privadas. Exemplo disto, é a necessidade de subsídios governamentais para garantir a viabilidade econômica dos serviços prestados, bem como a implementação de políticas tarifárias diferenciadas para promover a equidade no acesso ao transporte público.

A modicidade tarifária aliada a estratégias de subsídios e políticas tarifárias diferenciadas desempenha um papel crucial nesse contexto, permitindo o acesso aos serviços públicos essenciais, ao mesmo tempo em que viabiliza a operação sustentável das empresas públicas. Neste contexto é relevante observar que o menor custo por passageiros transportados que a TRENSURB já teve foi em 2019 de RS 5,81 onde o subsidio do governo federal garantia a modicidade. Condição que permanece com maior aporte haja vista a drástica redução de passageiros transportados com advento da pandemia de COVID que resulta hoje no custo de passageiros de RS 9,80, devida a lenta recuperação do patamar possível de passageiros transportados, fato que reforça a importância do apoio do governo federal para garantir a acessibilidade e sustentabilidade econômica, social e ambiental gerada por este meio de mobilidade urbana.

Em suma, a TRENSURB tem desempenhado um papel fundamental na promoção da mobilidade urbana na região metropolitana, atuando para atender às necessidades indispensável de mobilidade na região metropolitana de Porto Alegre e realizando investimentos estratégicos para garantir a eficiência e a qualidade de seus serviços.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Leis nos 11.638/07 e 6.404/76), pronunciamentos, que são transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, através das resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade- CFC, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

2.2 Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os Pronunciamentos Técnicos – CPC, requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras, estão demonstradas na Nota nº 3.b.

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi finalizada e autorizada para uso e divulgação pela Administração da Companhia em 22/04/2024

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda local e funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

b) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões do processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente em um período não superior a um ano.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Realização de créditos a receber (Nota 5), Realização de direitos a receber (Nota 8); Realização dos estoques (Nota 10), Vida útil e Impairment do ativo imobilizado (Nota 14), Vida útil dos ativos intangíveis (Nota 15), Provisão para contingências (Nota 21), Imposto de renda e contribuição social (Nota 27), Déficit atuarial (Nota 28) e Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (Nota 3.d).

c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de Março de 2024 e 2023, não foram identificados fatores de riscos e, consequentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

d) NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração dos Instrumentos financeiros

Os Instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

(a) mensuradas ao custo amortizado;
(b) valor justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes; e
(c) valor justo registrado por meio do Resultado do Exercício.

A Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado e suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, conforme o NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, de acordo com o propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos:

Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Os ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado são mensurados num modelo de negócio cujo objetivo é receber fluxos de caixa contratuais onde seus termos contratuais deem origem a fluxos e caixa que sejam, exclusivamente, pagamentos e juros do valor principal.

A Companhia possui classificados nessa categoria as Aplicações financeiras de liquidez imediata (Nota 4), Créditos a receber (Nota 5), Subvenções - SIAFI conta com vinculação de pagto (Nota 6) e Direitos a receber (Nota 8).

Passivos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Quaisquer passivos financeiros que não possam ser classificados como ao valor justo por meio do resultado devem ser mensurados e reconhecidos como ao custo amortizado.

A Companhia possui classificados nessa categoria o saldo a pagar para Fornecedores (Nota 16), Adiantamento de clientes (Nota 19), Credores por convênios (Nota 20) e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 23.a).

Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos nem com atividade de hedge.

Impairment de ativos financeiros

A NBC TG 48 adota modelo de perdas esperadas que faz a avaliação com base mínima de doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro registrando os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros.

A Companhia adota um modelo ampliado de perdas para seus ativos financeiros, no qual avalia toda a vida do ativo, ou seja, todo o saldo, e reconhece a perda integral dos saldos quando cabível conforme o risco de não recuperação. O prazo de vencimento dos ativos neste modelo é indicativo, contudo não é o único fator considerado para o provisionamento. A Companhia, na avaliação de perdas esperadas, considera também os riscos inerentes ao seu modelo de negócio.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Representam valores em caixa, valores em trânsito oriundos de arrecadação, depósitos a liberar e aplicações de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com vencimento original inferior a 90 dias e baixo risco de variação no valor e acrescidas de rendimentos no período.

f) Estoques

Os estoques de materiais de manutenção são avaliados ao custo médio de aquisição, sendo constituída, quando aplicável, provisão para perda ao valor recuperável e /ou por obsolecência, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, ajustado ao custo atribuído, conforme laudo de avaliação do imobilizado, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de

alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas" na demonstração de resultado.

h) Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização e das perdas acumuladas "*impairment*" por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado de forma prospectiva. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados.

A Administração da Companhia definiu não determinar valores residuais, visto que os bens são de características próprias para atender as necessidades da Companhia e que no final de sua vida útil não teriam valor comercial significativo.

i) Provisão para contingências

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas demonstrações financeiras tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Companhia.

j) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os demais passivos circulantes e não circulantes são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

k) Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de transporte urbano de seus clientes, no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

i) As receitas da prestação de serviço de transporte reconhecidas pela utilização quando oriundas da bilhetagem eletrônica Cartão SIM, TRI e TEU;

ii) As Subvenções do Tesouro Nacional recebidas são reconhecidas no resultado quando os recursos são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas;

iii) As receitas financeiras são reconhecidas conforme prazo decorrido, usando o método de taxa efetiva de juros.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, considerando a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto diferido também é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a recuperar, recolhidos por estimativas mensais, calculados sobre o lucro real ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. São mensurados com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2024	31/12/2023
Caixa	23.350	23.350
Valores em trânsito	1.063.765	759.671
Aplicações de liquidez imediata	139.555.259	130.638.150
	140.642.374	**131.421.171**

Além dos numerários em espécie e valores em trânsito oriundos de arrecadações e depósitos a liberar, são considerados como equivalentes de caixa aplicações financeiras de liquidez imediata, prontamente conversível em caixa, com baixo risco de mudança de valor e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos no período.

A receita financeira decorrente dessa a aplicação em 31 de março de 2024 foi de R$ 3.763.475(R$ 4.112.861 em 31/03/2023).

5. CRÉDITOS A RECEBER

	31/03/2024	31/12/2023
Créditos de Utilização Bilhetagem Eletrônica	789.423	777.376
Aluguéis, Arrendamentos, Concessões	2.133.506	2.155.252
(-)Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(247.529)	(235.089)
	2.675.399	**2.697.539**

As contas de aluguéis, arrendamentos e concessões estão deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa conforme a seguir:

Saldo Inicial Exercício	(235.089)
(+) Provisão	(12.439)
(-) Reversão	-
(-) Recebimento	-
Saldo Final Exercício	**(247.529)**

6. SUBVENÇÕES - SIAFI – CONTA COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Registra o valor do limite de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender despesas, com vinculação de pagamento, previstas no orçamento, por fonte de recursos.

7. ADIANTAMENTOS DE FÉRIAS E DÉBITOS DE EMPREGADOS

	31/03/2024		31/12/2023	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Adiantamento de férias	1.871.684	-	2.671.410	-
Adiantamento de 13º	1.105.397		118.296	
Adiantamento por insuf. de saldo **(a)**	98.940	-	44.294	-
Plano de Saúde **(b)**	58.939	65.312	12.821	67.815
Débitos de empregados	18.212	-	2.671.410	-
	3.153.173	**65.312**	**2.846.821**	**67.815**

a) Adiantamento por insuficiência de saldo

Compõe adiantamentos a empregados de valores pagos por benefícios estipulados em acordo coletivo, onde os descontos ficam pendentes em consequência de afastamentos legais e/ou benefícios previdenciários e insuficiência de saldo. Tais valores são ajustados por provisão quando a possibilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos. No período findo em 31 de março de 2024 a provisão é no montante de R$ 52.272 (R$ 52.272 em 31 de dezembro de 2023).

b) Plano de Saúde

A área de recursos humanos, considerando os valores registrados por empregado e os limites de desconto mensal permitidos, estimou o montante a ser recebido, no ativo circulante e não circulante. Os valores a receber no ativo não circulante foram ajustados por provisão de R$ 60.075 (R$ 60.075 em 31/12/2023), quando a probabilidade de perda é considerada provável pela área de recursos humanos.

8. DIREITOS A RECEBER

	31/03/2024	31/12/2023
Convênio Pessoal Cedido	13.017	4.339
Depósitos/Cauções/Outros devedores	28.828	28.517
Devedores Infração Legal e Contratual	125.123	125.123
	166.968	**157.979**

O valor de R$ 125.123 referente a Devedores por Infração Legal e Contratual deve-se ao auto de infração da Receita Federal do Brasil (RFB) que se originou do processo fiscal n° 11080.728824/2012-63, onde a RFB apontou equívocos nas informações das bases de cálculo das notas fiscais emitidas pelos terceiros contratados quanto às contribuições sociais devidas por estes e recolhidas pela Trensurb na qualidade de substituta tributária. A Trensurb possui ajuizadas ações de cobranças, sendo classificadas como perda remota.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

Compreende os valores pagos a título de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) sobre o lucro, calculados na modalidade do Lucro Real Anual a serem compensados, demonstrados a seguir:

	31/03/2024	31/12/2023
IRPJ	1.090.407	1.071.444
CSLL	404.452	397.417
ISS	585	585
IRRF	140.305	140.305
	1.635.749	**1.609.751**

10. ESTOQUES

Os itens mais significativos de estoque referem-se a materiais para manutenção dos TUEs.

	31/03/2024	31/12/2023
Material de TUES e Veículos	12.746.061	12.231.099
Material da Via Permanente	1.285.653	1.413.928
Sistemas operacionais	5.522.258	5.586.885
Peças e Acessórios de Equipamentos	93.976	97.645
Materiais de expediente e administrativos	697.508	631.905
Provisão de perda (a)	(13.888)	(13.888)
	20.331.568	**19.947.574**

(a) As perdas estimadas para o exercício de 2023 são referentes ao inventário anual de estoques conforme processo administrativo SEI 2574/223-16.

11. DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE

Compreende despesas pagas, cujos benefícios ultrapassam um exercício, sendo essas transferidas para o resultado conforme o transcurso dos períodos de competência da despesa. Os saldos a apropriar por competência são:

	31/03/2024	31/12/2023
Assinaturas e Periódicos	6.711	10.592
Manutenção de Sist.Proc. Dados	29.451	33.445
Associações Profissionais	3.498	-
Seguros	105.972	204.439
	145.632	**248.476**

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E GARANTIAS A JUÍZO

Corresponde a valores depositados em juízo para fazer frente as demandas de processos judicias cíveis e trabalhistas.

	31/03/2024	31/12/2023
Depósitos Judiciais Civeis	1.636	1.636
Depósitos Judiciais Trabalhistas e Garantias	53.669.124	51.823.972
Processos Judiciais - Recursos Próprios	62.216	92.800
	53.732.976	**51.918.408**

13. PENHORA S/ RECEITA PRÓPRIA

A Penhora Sobre Receita Própria corresponde a valores em espécie, retirados da tesouraria da Trensurb pela Justiça do Trabalho para fazer garantia para processos trabalhistas. No primeiro trimestre de 2023 havia R$ 832.203 penhorados, liberados durante o próprio trimestre.

14. IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

	Vida útil (anos)	31/03/2024 Custo Corrigido	31/03/2024 Depreciação Acumulada	31/03/2024 Valor líquido	2023 Valor líquido
Terrenos	-	45.909.816	-	45.909.816	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	25,00	268.683.296	(90.960.081)	177.723.215	268.683.296
Obras de arte (passarelas e viadutos)	33,33	168.736.742	(82.555.744)	86.180.998	168.736.742
Via permanente	33,33	604.946.676	(169.997.974)	434.948.702	604.946.676
Sistemas operacionais	11,11	328.579.446	(186.013.664)	142.565.781	328.579.446
Veículos ferroviários/aeromóvel	20,00	370.627.647	(158.383.018)	212.244.629	370.627.647
Veículos rodoviários	3,03	1.678.988	(1.111.083)	567.905	1.678.988
Equip. proc. de dados	4,55	7.278.507	(5.812.031)	1.466.476	7.278.507
Equip., máquinas e instrumentos	7,69	62.682.613	(54.541.869)	8.140.744	62.680.923
Instalações	9,09	30.326.497	(17.633.476)	12.693.021	30.326.497
Móveis e utensílios	10,00	10.787.153	(8.587.930)	2.199.224	10.751.519
Benfeitorias em bens de terceiros	5,88	14.085.626	(10.806.495)	3.279.131	14.085.626
Imobilizado em curso	-	8.206.662	-	8.206.662	8.206.662
Almoxarifado de bens imobilizados	-	7.988.673	-	7.988.673	7.988.673
		1.930.518.340	**(786.403.365)**	**1.144.114.975**	**1.930.481.016**

b) Movimentação do Imobilizado

Custo	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2024
Terrenos	45.909.816	-	-	-	45.909.816
Edificações, estações e depósitos	268.683.296	-	-	-	268.683.296
Obras de arte (passarelas e viadutos)	168.736.742	-	-	-	168.736.742
Via permanente	604.946.676	-	-	-	604.946.676
Sistemas operacionais	328.579.446	-	-	-	328.579.446
Veículos ferroviários/aeromóvel	370.627.647	-	-	-	370.627.647
Veículos rodoviários	1.678.988	-	-	-	1.678.988
Equip. processamento de dados	7.278.507	-	-	-	7.278.507
Equipamentos, máquinas e instrumentos	62.680.923	1.690	-	-	62.682.613
Instalações	30.326.497	-	-	-	30.326.497
Móveis e utensílios	10.751.519	47.970	(12.336)	-	10.787.153
Benfeitorias em bens de terceiros	14.085.626	-	-	-	14.085.626
Imobilizado em curso	8.206.662	-	-	-	8.206.662
Almoxarifado de bens imobilizados	7.988.673	-	-	-	7.988.673
TOTAL CUSTO IMOBILIZADO	**1.930.481.016**	**49.660**	**(12.336)**	**-**	**1.930.518.340**

Depreciação acumulada	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2024

Edificações, estações e depósitos	(89.505.579)	(1.454.502)	-	-	(90.960.081)
Obras de arte (passarelas e viadutos)	(81.711.796)	(843.947)	-	-	(82.555.744)
Via permanente	(166.931.303)	(3.066.671)	-	-	(169.997.974)
Sistemas operacionais	(182.695.190)	(3.318.474)	-	-	(186.013.664)
Veículos ferroviários/aeromóvel	(156.170.523)	(2.212.495)	-	-	(158.383.018)
Veículos rodoviários	(1.080.115)	(30.967)	-	-	(1.111.083)
Equip. processamento de dados	(5.663.461)	(148.570)	-	-	(5.812.031)
Equipamentos, máquinas e instrumentos	(54.229.390)	(312.480)	-	-	(54.541.869)
Instalações	(17.089.860)	(543.616)	-	-	(17.633.476)
Móveis e utensílios	(8.455.819)	(143.318)	11.207	-	(8.587.930
Benfeitorias em bens de terceiros	(10.736.469)	(70.026)	-	-	(10.806.495)
TOTAL DA DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	**(774.269.505)**	**(12.145.067)**	**11.207**	**-**	**(786.403.365)**
TOTAL DO IMOBILIZADO	**1.156.211.511**	**(12.095.407)**	**1.128**	**-**	**1.144.114.975**

c) A Companhia realizou em 2010, através de laudo técnico, a revisão do ativo imobilizado com a finalidade de atribuição de novo custo (mais valia) em acordo com as normas e diretrizes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, NBC TG 27 e Interpretação Técnica ITG 10.

A Administração da Companhia procedeu a revisão de alguns itens do imobilizado considerando o custo histórico como base de valor ajustado para refletir o "custo atribuído", a partir de 01/01/2010, cujos efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva, gerando no ano de 2010 o valor de R$ 95.584.173 no ativo imobilizado e de R$ 63.085.555 líquido dos efeitos tributários (R$ 32.498.618) no patrimônio líquido.
No exercício de 2024 a realização da reserva do custo atribuído foi no valor de R$ 832.971 referente a depreciação e no valor de R$ 549.760 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando saldos nas contas de ajuste de avaliação patrimonial o valor de R$ 26.181.640 (R$ 26.731.400 em 2023) e provisão do imposto de renda e contribuição social diferida o valor de R$ 14.059.771 (R$ 14.342.981 em 2023).

d) A Companhia avaliou o valor recuperável de seus ativos, por meio de especialistas contratados para esse fim, e conforme laudo de avaliação emitido por estes, em 01 de março de 2024, não identificou a necessidade de registro de provisão para ajuste dos bens aos seus valores recuperáveis ("Impairment").

	2023
Ativos Imobilizados	1.156.211.511
Ativos Intangíveis	1.865.501
Total dos Ativos Componentes da UGC	**1.158.077.012**
Valor Justo (*)	**1.631.387.802**
Redução ao Valor recuperável	-

(*) O Conjunto de bens avaliados a valor justo é compostos por todos os bens móveis e imóveis que compõe a UGC.

e) O valor dos bens do ativo imobilizado dados em penhora ou em garantia em causas trabalhistas perfazem um total acumulado de R$ 196.453.691 em 2024 (R$ 194.697.914 em 31/12/2023).

15. INTANGÍVEL

a) Os ativos intangíveis com vida útil indefinida correspondem ao direito de uso concedido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre para utilização pela Companhia e sua viabilidade operacional quando da constituição da TRENSURB, não sofrendo amortização, nem perda pelo valor recuperável.

b) Os ativos intangíveis com vida útil definida estão avaliados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

c) Nenhum dos ativos intangíveis foi gerado internamente.

d) Composição do saldo

Contas	Vida útil (anos)	31/03/2024 Custo Corrigido	31/03/2024 Amortização Acumulada	31/03/2024 Valor líquido	2023 Valor líquido
Direito de uso de imóveis	lindefinida	1.374.204	-	1.374.204	1.374.204
Direito de uso de telefones	indefinida	1.596	-	1.596	1.596
Marcas e patentes	10	4.872	(4.872)	-	-
Softwares	5	12.463.949	(12.041.024)	422.925	489.701
Outras dispêndios de informática	10	26.000	(26.000)	-	-
		13.870.622	**(12.071.896)**	**1.798.725**	**1.865.501**

e) Movimentação do Intangível

Custo	2023	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2024
Direito de uso de imóveis	1.374.204	-	-	-	1.374.204
Direito de uso de telefones	1.596	-	-	-	1.596
Marcas e Patentes	4.872	-	-	-	4.872
Softwares	12.463.949	-	-	-	12.463.949
Outros dispêndios de informática	26.000	-	-	-	26.000
TOTAL CUSTO INTANGÍVEL	**13.870.621**	**-**	**-**	**-**	**13.870.621**

Amortização Acumulada	2023	Adições	Baixas	Transferências	31/03/2024
Marcas e Patentes	(4.872)	-	-	-	(4.872)
Softwares	(11.974.248)	(66.776)	-	-	(12.041.024)
Outros dispêndios de informática	(26.000)	-	-	-	(26.000)
TOTAL DA AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	**(12.005.120)**	**(66.776)**	**-**	**-**	**(12.071.896)**
TOTAL DO INTANGÍVEL	**1.865.501**	**(66.776)**	**-**	**-**	**1.798.725**

16. FORNECEDORES

Fornecedores Nacionais	31/03/2024	31/12/2023
Aquisições Trens	-	-
Obras em andamento	-	-
Prestação de serviços	5.469.980	3.089.378
Energia Elétrica	4.445.528	2.380.006
Gastos gerais	4.349.970	4.135.542
	14.265.478	**9.604.926**

17. IMPOSTOS E TAXAS RECOLHER

	31/03/2024	31/12/2023
IRRF s/ salários a recolher (a)	2.912.722	4.502.144
ICMS a recolher	24.888	49.463
ISS a recolher	284.600	277.410
	3.222.210	**4.829.016**

a) A variação ocorrida deve-se, principalmente, a alteração do fato gerador do IRRF, que passou a ser declarado via E-social no exercício de 2023, e teve sua data de recolhimento postergada.

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/03/2024	31/12/2023
	Circulante	Circulante
Férias e Encargos	18.262.945	14.445.646
Promoção por antiguidade a pagar	8.027.367	8.027.367
Outras Obrigações Trabalhistas	10.213	10.105
	26.300.524	**22.483.118**

19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	31/03/2024	31/12/2023
Credores p/ Venda Créditos (a)	1.450.851	1.638.467
Adiantamento ATP/ATM (b)	1.071.489	1.185.657
Adiantamento Clientes Comerciais	2.433	2.433
	2.524.773	**2.826.557**

a) Refere-se a valores recebidos pela venda de créditos do cartão SIM pela TRENSURB para fazer frente às utilizações dos usuários deste cartão.
b) Refere-se a valores recebidos da Associação de Transporte de Passageiros de Porto Alegre (ATP) e da Associação dos Transportadores Intermunicipais Metropolitanos de Passageiros (ATM), para fazer frente ao pagamento das utilizações de usuários dos cartões TRI , TEU e SIM (VT/Passe Antecipado).

20. CREDORES POR CONVÊNIO

	31/03/2024	31/12/2023
Convênios SESI/SENAI	129.949	140.046
Assistência Saúde (a)	637.473	638.550
Credores Diversos	412.422	2.060
	1.179.843	**780.656**

a) Compreende o valor da administração e prestação de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar prestados pela operadora do convênio, no que tange apenas a despesa da Trensurb.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A classificação de risco para fins de contingenciamento estabelecido pela companhia tem como referência principal os seguintes critérios:
Provável - Processos em fase de execução e processos com decisões de procedência total ou parcial dos pedidos, ainda que não tenha transitado em julgado;
Possível - Processos em fase de instrução processual, em que não há sentença proferida;
Remoto - Processos em execução ainda ativos, mas que já foram pagos, e processos ainda sem trânsito em julgado mas que a última decisão seja de improcedência dos pedidos;

a) Provisão para contingências trabalhistas

A constituição da provisão trabalhista é decorrente da análise jurídica das ações, quando a probabilidade de perda destas é considerada provável. Em 31 de março de 2024, a provisão constituída para ações trabalhistas compõe-se de R$ 108.456.613 para ações de empregados e de R$ 1.048.591 para ações de empregados de empresas terceirizadas. (R$ 103.480.268 em 2023)

A movimentação das provisões trabalhistas está composta como segue:

	31/03/2024	31/12/2023
	Não Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	103.480.268	96.547.870
(+) Provisão	7.841.412	22.297.641
(-) Reversão	-	-
(-) Pagamentos	(1.816.475)	(15.365.243)
Saldo no final do exercício	**109.505.205**	**103.480.268**

Os valores de ações trabalhistas cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia e advogados externos, é considerada possível em 31/03/2024 compõe-se de R$ 22.335.592 (R$ 18.439.415 em 2023).

b) Provisão para contingências cíveis

Foram registradas no passivo não circulante, as ações cíveis, oriundas de ações de terceiros, cuja probabilidade de perda segundo a área jurídica da Companhia, é considerada provável. A movimentação destas provisões no período de 3 meses findo em 31/03/2024 e no exercício findo em 31/12/2024 está composta como segue:

	31/03/2024	31/12/2023
	Não Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	7.077.897	21.471.164
(+) Provisões	238.456	12.306.153
(-) Reversões	-	(3.704.663)
(-) Pagamentos	(33.610)	(22.994.757)
Saldo Final Exercício	**7.282.743**	**7.077.897**

A variação da provisão cível é decorrente da análise jurídica quanto a probabilidade de perda das ações já existentes, assim como atualizações e correções dos valores das ações judiciais.

Os valores de ações cíveis cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica da Companhia, é considerada possível em 31/03/2024 é de R$ 72.683.210 (R$ 51.318.364 em 2023).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social de R$ 2.059.666.941 está representado por 9.883.218.182 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País. A composição acionária está assim representada:

Composição Acionária	2024		2023	
Acionista	Quantidade	%	Quantidade	%

União Federal	9.874.758.896	99,9144	9.874.758.896	99,9144
Estado do Rio Grande do Sul	6.543.949	0,0662	6.543.949	0,0662
Município de Porto Alegre	1.915.337	0,0194	1.915.337	0,0194
Total	**9.883.218.182**	**100,0000**	**9.883.218.182**	**100,0000**

23. RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO FEDERAL

a) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Corresponde aos recursos recebidos da União para investimento e adiantamento para futuro aumento de Capital Social.
Os recursos recebidos a partir de 01/01/2017 não sofrem atualização, conforme disposto na norma SIAFI 021122 – Participações da União no Capital de empresas, em seus itens 2.3.7 e 2.3.8 e são registrados no Patrimônio Líquido, atendendo também as definições de instrumentos patrimoniais conforme determinado no CPC 39.
O montante total de adiantamento para aumento de capital é de R$ 24.059.724, classificados no Patrimônio Líquido.

b) Subvenção para Custeio

As Subvenções recebidas do Tesouro Nacional, são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional para pagamento de despesas de pessoal, sentença e custeio devidamente empenhadas. O montante recebido no período de 3 meses findo em 31/03/2024 foi de R$ 60.127.333 (R$ 60.127.333 em 31/03/2023) composto a seguir:

Subvenção	**31/03/2024**	**31/03/2023**
Pessoal	38.402.711	39.327.450
Sentença	4.600.319	5.359.810
Custeio	11.648.481	15.440.074
	54.651.512	**60.127.333**

c) Lei Orçamentária Anual - LOA

O orçamento anual da Companhia está definido conforme Lei Orçamentária Anual, porém, não foi aprovado até o encerramento do exercício. O montante fixado para a despesa da TRENSURB para o exercício financeiro de 2024, conforme a PLOA, é de R$ 369.490.102. Deste valor, R$ 160.788.632 são de recursos próprios diretamente arrecadados que compõe a projeção da receita para o exercício e R$ 208.701.470 provenientes de recursos de subvenção concedidos pelo Tesouro Nacional. No decorrer do exercício existe a possibilidade da solicitação de créditos adicionais ao orçamento vigente. Para este fim é publicada anualmente, Portaria do Ministério do Planejamento, estabelecendo procedimentos e prazos para solicitações de alterações orçamentárias.

	PLOA/2024	**Recursos Próprios Fonte 1050**	**Recursos Subvenção Fonte 1000**
Pessoal	194.849.655	10.788.634	184.061.021
Sentença	24.640.449	-	24.640.449
Custeio	129.999.998	129.999.998	-
Investimento	20.000.000	20.000.000	-
	369.490.102	**160.788.632**	**208.701.470**

24. RECEITA LÍQUIDA

	31/03/2024	31/03/2023
RECEITA BRUTA		
Serviço de transporte metroviário	29.009.243	29.840.076
Aluguéis, arrendamentos e concessões	957.764	755.151
	29.967.006	**30.595.228**
Tributos sobre a receita bruta	(90.649)	(69.852)
	(90.649)	**(69.852)**
RECEITA LÍQUIDA	**29.876.357**	**30.525.376**

25. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Correspondem aos custos diretamente vinvulados a operação e manutenção dos trens, demonstrados de acordo com a sua natureza, a seguir:

	31/03/2024	31/03/2023
Pessoal e Encargos	33.278.082	32.020.287
Serviços de Terceiros	15.137.752	12.052.516
Consumo de Materiais	1.189.448	1.727.315
Energia de Tração	6.620.252	6.187.418
Serviços de Utilidade Pública	1.853.221	1.160.315
Depreciação	11.782.287	12.165.542
Outros Custos	28.652	25.971
	69.889.693	**65.339.364**

26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Correspondem as despesas vinculadas às atividades administrativas, demonstradas de acordo com a sua natureza, a seguir:

	31/03/2024	31/03/2023
Pessoal e Encargos	15.494.158	14.149.270
Serviços de Terceiros	2.111.821	2.756.072
Consumo de Materiais	355.195	603.792
Serviços de Utilidade Pública	297.271	239.245
Depreciação/ Amortização	429.556	469.671
Outras Despesas	1.225.130	1.115.277
	19.913.131	**19.333.327**

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de renda e a Contribuição social são calculados com base no regime do lucro real de acordo com a legislação fiscal e alíquotas vigentes. A base de cálculo é a seguinte:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2024	2023	2024	2023
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**(9.457.892)**	**(4.191.765)**	**(9.457.892)**	**(4.191.765)**
Adições / (Exclusões) permanentes	1.157.481	**128.997.111**	1.157.481	**128.997.111**
Adições / (Exclusões) temporárias	(4.843.198)	**118.497.043**	(4.843.198)	**118.497.043**
Lucro Real	**(3.457.212)**	**6.308.213**	**(3.457.212)**	**6.308.213**

(-) Compensação Prej. Fiscal e B. Negativa 30%	-	**(1.892.464)**	-	**(1.892.464)**
Alíquota - 9%	-	-	-	397.417
Alíquota - 10%	-	435.574	-	-
Alíquota - 15%	-	662.362 -	-	-
Total Imposto	-	**1.097.937**	-	**397.417**
(-) PAT - Programa de alimentação do trabalhador	-	(26.494)	-	-
(-) Doações e incentivos	-	-	-	-
(-) Imposto Retido	-	-	-	-
Total da despesa de IRPJ e CSLL	-	**1.071.442**	-	**397.417**
Valor do imposto pago no ano calendário		1.071.442		397.417

28. PLANO DE PREVIDÊNCIA E PENSÃO A EMPREGADOS

a) Descrição Geral do Plano

A Companhia é patrocinadora do Plano de Benefícios denominado Trensurb Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil (BB Previdência). O plano assegura benefícios a seus participantes (empregados) por ocasião de aposentadoria programada na percepção de benefício, aposentadoria por invalidez, pensão por morte de ativo na modalidade de rendas financeiras que possui sua manutenção pelo saldo de conta acumulado em nome do participante.

A partir da aprovação da alteração do Regulamento do Plano Trensurb Prev em 04/11/2020, conforme Portaria Previc nº 768, publicado no Diário Oficial da União nº 212 de 06/11/2020, seção 1, página 41, o plano, no parágrafo anterior na modalidade vitalícia, no entanto, vale ressaltar que na modalidade de contribuição definida, tanto na fase de acumulação dos recursos como na concessão das rendas, mitiga possíveis riscos atuariais que estavam atrelados à expectativa de vida e retorno de investimentos para os novos benefícios de aposentadoria normal, invalidez ou por falecimento. Diante do exposto, o risco atuarial do plano Trensurb Prev CD restringe-se atualmente às pessoas que estão aposentadas até a data de 03/11/2020.

b) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Premissas Atuariais	**2023**	**2022**
Taxa de Juros Atuarial	4,10% a.a.	4,10% a.a.
Taxa de Crescimento Salarial	Não Aplicável	Não Aplicável
Taxa de Rotatividade	Não Aplicável	Não Aplicável
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade Válidos	AT - 2000 M e F	AT - 2000 M e F
Tábua de Mortalidade Inválidos	EX - IAPC	EX - IAPC
Tábua de Entrada em invalidez	Não Aplicável	Não Aplicável

c) Conciliação Valor Presente (Obrigações Atuariais) e Ativos Líquidos do Plano

Ativos Líquidos	**2023**	**2022**
Patrimônio - **P**	93.361.860	87.314.914

Provisões Matemáticas - Passivos Atuariais (Valor Presente)	**93.658.677**	**94.438.325**
Benefícios Concedidos - A	38.151.671	38.607.118
Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)	1.932.990	2.046.629
Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)	36.218.681	36.560.489
Benefícios a Conceder – **B**	63.629.678	57.290.180
Benefícios Concedidos - Parcela Contribuição Definida (CD)	63.629.678	57.290.180
Benefícios Concedidos - Parcela Benefício Definido (BD)	-	-
Déficit Contratado - **C** = C1 + C2 + C3	(8.122.672)	(1.458.973)
Patrocinadora - C1	(3.103.945)	-
Participante - C2	-	-
Assistidos - C3	(5.018.727)	(1.458.973)
Total das Provisões - **D** = A + B + C	93.658.676	94.438.325
Fundos – E	2.903.807	2.556.531
Superávit/Déficit Atuarial - F = P - D	(296.816)	(7.123.411)
Valor do Ajuste de Precificação = G	-	-
Equilíbrio Técnico Ajustado - H = F + G	**(296.816)**	**(7.123.411)**

Os investimentos do plano Trensurb Prev renderam 13,37% no ano, isso corresponde a 168% da meta atuarial de 2023 (INPC + 4,10%) que foi de 7,96%, portanto o resultado dos investimentos foi superior à meta atuarial estabelecida. A *"duration"* do plano foi de 7,19 anos no encerramento de 2023.
Conforme atuários responsáveis pela avaliação atuarial de 2023, o plano Trensurb Prev CD, apresentou um déficit técnico de R$ 296.816. Esse valor é inferior ao limite de déficit do plano de R$ 896.263, portanto sem a necessidade de equacionamento.
Além disso, quanto ao déficit contratado de responsabilidade da patrocinadora referente aos exercícios de 2013 e 2014, cabe informar que sua amortização ocorre conforme Plano de Equacionamento de Déficit e instrumento particular de garantia, com prazo de equacionamento de 127 meses, remanescente de 23 meses, método de amortização Price e taxa de carregamento de 0%.
Quanto ao equacionamento do déficit dos exercícios de 2021 e 2022, este será amortizado em 132 parcelas mensais a partir de abril de 2024.

Os saldos do déficits estão compostos conforme segue:

	31/03/2024		**31/12/2023**	
	Circulante	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Déficit 2013/2014 em equacionamento	326.116	525.320	548.510	411.518
Déficit 2021/2022 a equacionar	211.633	2.892.313	211.633	2.892.313
	537.749	**3.417.633**	**760.143**	**3.303.831**

d) Política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais

Os ganhos ou perdas atuariais compreendem as diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que ocorreu efetivamente. São contabilizadas através de reconhecimento de déficit ou superávit no Plano. Quando da ocorrência de déficit, este deve ser equacionado por meio de contribuições extraordinárias dos participantes, assistidos e da patrocinadora, conforme disposições da Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018. Quando observado superávit, tal resultado é reconhecido como reserva de contingência do plano, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x Provisão Matemática. O que superar esse limite é alocado como Reserva Especial, que poderá ser utilizada para melhorias no Plano de Benefícios e/ou redução do Plano de Custeio, respeitadas as condições impostas pela Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CNPC n.º 30, de 10/2018.

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e nesse contexto as atividades da TRENSURB a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Companhia.

A Administração da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia por meio do monitoramento contínuo dos riscos.

a) Risco de Preços Tarifários

A Companhia está exposta a preços tarifários de sua operação de transporte. Com a finalidade de mitigar os efeitos desta exposição formula estudos de viabilidade econômica e aplicação de reajustes tarifários aos preços das tarifas de forma a buscar o equilíbrio tanto para a Companhia quanto para a sociedade, porém não é possível garantir que o preço da tarifa sempre se manterá em patamares suficientes para a TRENSURB, dado os efeitos das políticas públicas e outros índices macroeconômicos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de liquidez imediata, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo créditos a receber em aberto.

Os ativos classificados como caixa e equivalente de caixa estão vinculados a Conta Única do Tesouro geridas pela União por meio do ministério do planejamento e orçamento onde a utilização dos recursos está vinculada aos limites de empenho previstos na Lei Orçamentária Anual.

A qualidade do crédito a receber é avaliada com base em sistema interno de classificação de crédito e os valores contábeis apresentados correspondem a expectativa de realização da Companhia.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas sua estimativa a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Tesouro Nacional previstos na Lei Orçamentária Anual.

A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente à necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Federal.

O prazo médio de vencimentos de fornecedores aplicados na Companhia é de 30 dias.

A Companhia mantém como penhora ou garantia em causas trabalhistas bens do ativo imobilizado no total de R$ 196.451.451.

d) Risco de taxas de juros

A Companhia não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das demonstrações financeiras, e portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

30. SEGUROS

A Companhia contratou cobertura de seguros para riscos operacionais e outros a fim de cobrir eventuais perdas no ativo imobilizado.
A Administração da Companhia entende que as coberturas contratadas são suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza da atividade da Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em conformidade com a política de transações com partes relacionadas da empresa e conforme estabelece o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, havendo ou não valor alocado à transação.
As transações com partes relacionadas da Trensurb no exercício de 2024 e 2023 foram:

Parte Relacionada	Contrato	Valor Contratual	Valores Recebidos 2024	Valores Recebidos 2023	Valores Pagos 31/03/24	Valores Pagos até 31/03/2023
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação	120.17/2015	1.750.000	-	-	392	3.241
EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos	120.17/17-1	30.000	-	-	-	3.469
Total		**1.780.000**	**-**	**-**	**392**	**6.710**

Administrador / Conselheiro	Parte Relacionada	Valores pagos até 31/03/2024	Valores pagos até 31/03/2023
Roberta Zanenga de Godoy Marchesi	Conselheiro Independente	12.488	7.980
Ricardo Richinitti Hingel	Ministério da Economia	-	12.488
Ronald Krummenauer	Ministério da Economia	-	7.980
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos	Ministério da Economia	-	7.980
Danielle Santos de Souza Calazans	Ministério da Economia	-	-
Maria José Duarte Gonçalves Ramos	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	8.699	-
Mariana Moya de Oliveira	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	8.699	-
Renato Boareto	Conselheiro Independente	8.699	-
Elisa de Oliveira Alves	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	8.699	-
Alice de Almeida Vasconcellos de Carvalho	Ministério das Cidades	8.699	-

32. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas a administradores e a empregados no exercício foram as seguintes:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Administradores	32.715	27.571	29.544
Empregados	56.085	2.564	10.546

Porto Alegre, 20 de Abril de 2024.

FERNANDO STEPHAN MARRONI
Diretor Presidente

VANESSA FRAGA DA ROCHA
Diretora de Administração e Finanças

JAIR BERNARDO CORREA
Gerente de Orçamento e Finanças

TALITHA DA SILVEIRA MENGER DE SOUZA
Setor de Contabilidade
Contadora CRC/RS 090.987